

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 911.059 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : VALQUÍRIA NOGUEIRA DE JESUS LISBÃO E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : WALDIR ESTEVAM MARIA E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

DECISÃO: O Supremo Tribunal Federal, **apreciando** a ocorrência, *ou não*, de controvérsia alegadamente **impregnada** de transcendência e **observando** o procedimento a que se refere a Lei nº 11.418/2006, **entendeu destituída de repercussão geral** a questão **suscitada no RE 632.767-RG/SP**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, por tratar-se de litígio referente a matéria infraconstitucional e decidido com base no direito local, **fazendo-o** em decisão assim ementada:

“ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REAJUSTES DE VENCIMENTOS. ÍNDICES APLICÁVEIS. COMPENSAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES DE REAJUSTES. NECESSIDADE DE EXAME DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. LEIS 10.688/1988, 10.722/1989, 11.722/1995 E 12.397/1997. PORTARIAS 256/1994 E 261/1994. DECRETOS 35.932/1996, 36.249/1996, 36.559/1996 E 36.769/1997. SÚMULA 280 DO STF. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.”

O não atendimento desse pré-requisito de admissibilidade recursal, **considerado** o que dispõe o art. 322 do RISTF, **na redação** dada pela Emenda Regimental nº 21/2007, **inviabiliza o conhecimento** do recurso extraordinário interposto pela parte ora agravante.

Assinalo, finalmente, que **não** se demonstrou, **considerada** a hipótese **prevista** no art. 102, III, “**d**”, da Carta Política, que a decisão ora recorrida tenha julgado válida lei local em face de lei federal.

ARE 911059 / SP

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **conheço** do presente agravo, **para negar seguimento** ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator